

CADERNO DE  
**TEXTOS**

**XII CONGRESSO  
DA ANDES-SN**

Manaus (AM), 28/02 a 5/03 de 93

---

SINDICATO  
**ANDES**  
NACIONAL

---

FILIADO À CUT



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES  
DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS  
— ADUA / S. SIND

**XII CONGRESSO DA ANDES-SN**  
**Manaus (AM), 28/02 a 5/03 de 1993**

Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA/S.SIND.)

**CADERNO DE TEXTOS**

Publicação do **Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN**  
**Sede**

Pavilhão MultiUsos I - Bloco A - Sala A1-72

Campus da UnB - Brasília - DF

Caixa Postal 04470 - CEP 70919-970

Fax/Tel.: (061) 274 3303 e 347 2028

**Gestão 92/94**

**Presidente:** Márcio Antônio de Oliveira

**Secretário Geral:** Silvio Frank Alem

**1o Tesoureiro:** Roberto Lopes de Abreu

**Diretor responsável por Imprensa e Divulgação:**

Angela Maria Ferreira Tygel

**Editoração**

ANDES/SN

Kleber Fernandes de Oliveira, Marco Túlio Alencar, Maria de Fátima Alves da Silva

Impresso em Brasília, janeiro de 1993

---

**ÍNDICE**

Regimento do XII Congresso	01
TEMA I - Movimento Docente e Conjuntura	04
TEMA II - Relações Sindicais e Expansão da ANDES-SN	12
TEMA III - Política Educacional, Seguridade e C&T	16
TEMA IV - Universidade e Carreira Docente	25
TEMA V - Questões Organizativas e Financeiras	26

# Regimento do XII Congresso da ANDES/SN

## Capítulo I - Do Congresso

Art. 1º - O XII Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes Sindicato Nacional, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XIII do Art. 30 do Estatuto, reúne-se de 28 de fevereiro a 5 de março de 1993, na cidade de Manaus, Amazonas, organizado pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas - ADUA/S.SIND., e pela Andes-Sindicato Nacional.

Art. 2º - O XII Congresso da Andes-Sindicato Nacional tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada no seu início, de acordo com o disposto no Art. 19 e seus parágrafos do Estatuto da Andes Sindicato Nacional.

## Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do XII Congresso da Andes-Sindicato Nacional

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5º;

II - excluir associados, em consonância com o Art. 11 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do XXV CONAD ou da Diretoria, e que constem da PAUTA do XII Congresso;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos associados da Andes Sindicato Nacional;

V - alterar, no todo ou em parte, o Estatuto da Andes Sindicato Nacional;

VI - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pelo CONAD ou pela Diretoria;

VII - referendar a constituição de AD/ S.SIND., ou revogar sua homologação, observado o disposto no Art. 44 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional;

VIII - decidir sobre a filiação da Andes Sindicato Nacional a organizações nacionais ou internacionais, conforme o disposto no Art. 65 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional, e

IX - referendar as alterações verificadas nos Regimentos das S.Sind, observado o disposto no Art. 45.

## Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - São participantes do XII Congresso da Andes Sindicato Nacional

I - os delegados, devidamente credenciados:

a - das diretorias das AD/ S.SIND. (Art. 16, inciso I, do Estatuto);

b - de base, das AD/ S.SIND. (Art. 16, inciso II, do Estatuto); e

c - representantes dos sindicalizados via Vice Presidência Regional (Art. 16, inciso III).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do XI Congresso.

III - os demais associados da Andes Sindicato Nacional devidamente credenciados pela sua respectiva AD/ S.Sind ou Vice Presidência Regional, como observadores

IV - os convidados pelas Comissões, Organizadora ou Diretora.

Parágrafo Único - O delegado, devidamente credenciado, só poderá ser substituído, uma única vez, durante a realização do XII Congresso se:

a - comprovar a necessidade de ausentar-se definitivamente do XII Congresso, junto a Comissão Diretora, e

b - o suplente, indicado da mesma forma que este, estiver presente no XII Congresso e credenciado como observador.

Art. 5º - O Presidente da Andes-Sindicato Nacional preside o XII Congresso, tendo direito a voz e voto em seus órgãos (Art. 16, parágrafo único e inciso IV).

Parágrafo Único - Os demais membros da Diretoria da Andes Sindicato Nacional participam do XII Congresso com direito a voz, sem direito a voto.

## Capítulo IV - Do Funcionamento

### Seção I - Dos órgãos

Art. 6º - São órgãos do XII Congresso

I - As Comissões:

a - Organizadora, e

b - Diretora.

II - Os Grupos Mistos

III - As Plenárias

Parágrafo 1º - As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do XII Congresso.

Parágrafo 2º - Os demais órgãos tem existência restrita ao período de realização do XII Congresso.

Parágrafo 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada Órgão do XII Congresso é de metade mais um dos membros desse Órgão com direito a voto.

Parágrafo 4º - Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para um terço dos seus membros com direito a voto, sendo que as deliberações só poderão ocorrer após verificado o quorum previsto no parágrafo 3º deste Artigo.

### Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 7º - A Comissão Organizadora do XII Congresso é constituída por representantes da ADUA/S.SIND., seção sindical sede do XI Congresso, e por dois (02) Diretores da Andes-Sindicato Nacional.

Art. 8º - Compete à Comissão Organizadora:

I - preparar toda a infra-estrutura necessária à realização do XII Congresso;

II - organizar e instalar a Plenária de Abertura do XII Congresso;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do XII Congresso, organizando o rateio financeiro entre as AD/S.SIND., submetendo-as à apreciação e aprovação da Comissão Diretora do XII Congresso;

IV - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do XII Congresso, e

V - indicar entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora do XII Congresso.

### **Seção III - Da Comissão Diretora**

Art. 9º - A Comissão Diretora do XII Congresso é composta pelos membros da Diretora da Andes Sindicato Nacional e por três (03) representantes da Comissão Organizadora.

Art. 10 - Compete à Comissão Diretora:

I responsabilizar-se pelo Credenciamento dos participantes do XII Congresso;

II decidir sobre a substituição de delegados de acordo com o disposto no parágrafo único, alíneas "a" e "b" do Art. 4º deste Regimento.

III - fiscalizar, deliberar e aprovar as contas do XII Congresso;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do XII Congresso;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do XII Congresso em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

### **Seção IV - Dos Grupos Mistos**

#### **Sub Seção I - Da Composição**

Art. 11 - Os Grupos Mistos, no XI Congresso, são compostos por:

I - delegados de AD/S.SIND. e de delegados de sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz e voto;

II - observadores de AD/S.SIND. e de sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz, e

IV - diretores da Andes-Sindicato Nacional com direito a voz, e

V - convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 12 - Cada Grupo Misto é composto de, no máximo, vinte e cinco (25) delegados de AD/S.SIND. e de sindicalizados via Vice Presidência Regional e de, no máximo, igual número de observadores de AD/S.SIND., sindicalizados via Vice Presidência Regional e convidados.

Parágrafo Único - Só poderá haver mais de um (01) delegado de AD/S.SIND. ou representante de sindicalizados via Vice Presidências Regionais caso o número de delegados destes seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma disposição aplica-se no caso de observadores.

#### **Sub Seção II - Do Funcionamento**

Art. 13 - Os trabalhos de cada Grupo são conduzidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Coordenador, um (01) Relator e um (01) Secretário, eleitos entre seus pares, pelos delegados membros dos grupos.

Parágrafo único - A qualquer momento os integrantes do Grupo Misto podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 14 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do XII Congresso, desde que observado o quorum de 50% mais um (1) dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 1º) Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 2º) Passados trinta (30) minutos do horário previsto para início das reuniões do Grupo dar-se-á início aos trabalhos com qualquer número de Delegados presentes.

Parágrafo 3º) As deliberações somente serão tomadas com a presença da maioria absoluta dos Delegados.

Art. 15 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo Misto, orientando as discussões e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 16 - Compete ao Relator elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo Misto fazendo constar do mesmo o número de votos de cada proposta submetida a deliberação, de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora.

Art. 17 - Compete ao Secretário auxiliar ao Coordenador e ao Relator em suas atividades, substituindo-os em suas ausências ou impedimentos.

Art. 18 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de três (03) horas após o encerramento da reunião para entregar aos membros da Comissão Diretora responsáveis pela consolidação dos Relatórios, o Relatório consolidado de seu Grupo.

Parágrafo 1º) Excetuam-se do prazo estabelecido no caput desse Art., os Relatórios de Grupos Mistos cuja as reuniões terminarem até as 19 horas. Para estes casos o prazo limite é até às 12 horas do dia seguinte.

Parágrafo 2º) A não observação no disposto no caput deste Art. e no parágrafo anterior, implicará na exclusão das deliberações aprovadas pelo Grupo, do Relatório consolidado a ser apresentado à respectiva Plenária.

Art. 19 - Os membros da comissão diretora responsáveis pela consolidação dos relatórios reunir-se-ão com os relatores dos grupos para verificação final do relatório consolidado.

Parágrafo único - A reunião prevista no Caput deste artigo será amplamente divulgada e da mesma será redigida uma ata.

Art. 20 - Do relatório consolidado dos Grupos Mistos constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas, e

II - as propostas rejeitadas que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados presentes no Grupo.

Art. 21 - As reuniões de trabalho dos Grupos Mistos terão a duração de três (03) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do XI Congresso.

### **Seção III - Das Plenárias**

#### **Sub Seção I - Da Composição**

Art. 22 - As Plenárias são compostas por:

I - Delegados das AD/S.SIND. e de delegados representativos dos sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciado, com direito a voz e voto;

II - Observadores das AD/S.SIND. e representativos dos sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

IV - Convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

#### **Sub Seção II - Do Funcionamento**

Art. 23 - Os trabalhos das Plenárias do XII Congresso serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Presidente, um (01) Vice Presidente, um (1) 1º Secretário e um (01) 2º Secretário.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

Parágrafo 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes a Comissão Diretora do XI Congresso serem eleitos pelos delegados presentes à Plenária.

Parágrafo 3º - As deliberações observam a maioria simples dos delegados presentes a cada sessão (Art. 28).

Art. 24 - Compete ao Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia das Plenárias, e

II - dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 25 - Compete ao Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o Presidente em suas atividades;

II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 26 - Compete ao 1º Secretário:

I - preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia das Plenárias;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

Art. 27 - Compete ao 2º Secretário:

I - auxiliar o 1º Secretário em suas atividades;

II - elaborar a ATA da sessão Plenária.

Art. 28 - A duração de cada sessão Plenária será de cinco (05) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo 1º) Por deliberação da Plenária, o prazo estipulado no caput deste Art. poderá ser prorrogado por mais uma (01) hora.

Parágrafo 2º) As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no Caput e Parágrafo 1 deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 29 - A verificação do quorum no início nas Plenárias do XII Congresso será feita através de lista de presença onde constará o nome do Delegado, o nome da AD/S.Sind., assinatura do delegado e o horário da assinatura e da contagem dos presentes através do cartão de voto.

Parágrafo único - A verificação de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária será feito pela contagem dos delegados através do cartão de voto.

#### **Capítulo V - Das Discussões e Votações**

Art. 30 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões a palavra somente será concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 31 - Para a discussão de cada matéria será estabelecido um prazo de tempo, compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração do Grupo ou Plenária.

Parágrafo Único - o número de inscrições observará estritamente o prazo definido no caput deste Artigo.

Art. 32 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de três (03) minutos improrrogáveis para cada orador;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte do Plenário, dos oradores.

III - fase de votação através do levantamento do cartão de voto pelos delegados em acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora.

Parágrafo Único - na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

Art. 33 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - na fase de encaminhamento das votações só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento..

Parágrafo 2º - na fase de votação não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 34 - As deliberações são adotadas por maioria simples dos delegados presentes em cada sessão, ressalvado o disposto no parágrafo único do Art. 21 do Estatuto da Andes-Sindicato Nacional.

#### **Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Finais**

Art. 35 - As propostas de Moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do XII Congresso até às dezoito (18) horas do dia 5 de março de 1993, endereçada à Comissão Diretora, sendo especificado os responsáveis e os destinatários com endereço completo.

Parágrafo 1º) A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do XII Congresso, uma cópia das moções propostas até às dezoito (18) horas do dia 4 de março de 1993.

Parágrafo 2º) A critério do Plenário, podem ser acrescentadas outras moções cuja a natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Parágrafo 3º) A não observação do especificado no caput deste Artigo implicará na exclusão da proposta de moção do Relatório a ser apreciado na Plenária de Encerramento do XII Congresso.

Art. 36 - As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 37 - A Diretoria tem um prazo máximo de 30 dias úteis para divulgar o Relatório Final do XII Congresso.

Art. 38 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 39 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do XII Congresso da Andes-Sindicato Nacional.

---

# MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

---

## Introdução

TEXTO 1

1

O ano de 1992 representou para o movimento docente um momento de excepcional importância para a consolidação da ANDES-SN como uma entidade sindical que, construída no seio da luta política pela democratização do país e na defesa do ensino público e gratuito, se afirma na perspectiva de um novo sindicalismo.

2

As avaliações do quadro político, social e econômico desenvolvidas por instâncias deliberativas em especial, nos últimos anos, as plataformas de luta ali delineadas demonstraram a justeza dos eixos políticos da entidade. Cabe lembrar aqui as denúncias sobre as tentativas de implementação do projeto neoliberal em suas nuances maiores e, mais especificamente, no desmonte do Estado, das organizações sociais e da privatização do público.

3

À medida em que o quadro conjuntural melhor se delineia a ANDES-SN ao levantar a bandeira do "impeachment", o fazia na perspectiva política muito mais ampla, na qual a questão da eliminação da corrupção instalada não esgotava o conteúdo político da luta assumida pelos movimentos sociais organizados. A avaliação feita no XXIV CONAD colocava como eixo político central a luta contra o projeto neoliberal, ou seja, a necessidade de ir "além do impeachment".

4

Assim, a entidade a nível nacional e as ADs SSIND em seus espaços participaram ativamente da campanha pró-impeachment procurando, inclusive, contribuir para que os movimentos sociais mais combativos conquistassem e mantivessem os espaços políticos necessários à continuidade da luta maior pela transformação da sociedade.

5

Tudo isso, é lógico, sem descuidar do encaminhamento do amplo aspecto de lutas e tarefas que o movimento docente definira.

6

O XII Congresso da ANDES-SN se realiza em um momento de fundamental importância para os movimentos sociais organizados e, em especial, para o movimento sindical nacional.

### 1 - A Conjuntura internacional

7

A crise do centro e leste europeus e da área hegemônica pela ex-URSS, possibilitou ao capitalismo internacional vislumbrar possibilidades de expansão via a criação de novos espaços de exploração da classe trabalhadora. Por outro lado, acirraram-se as contradições no seu próprio seio, no decorrer do último ano. O rearranjo planejado através do mecanismo de blocos econômicos, ainda que tenha progredido em certas áreas, não conseguiu se consolidar. Mesmo assim tem contribuído para aprofundar a crise econômico-social em alguns países e para desenvolver novas formas de retaliação e subordinação da periferia capitalista.

8

As reformulações no quadro da hegemonia capitalista têm gerado conflitos constantes, cujas soluções têm reafirmado o papel dos Estados Unidos como gendarme internacional. Diante disto, na recente eleição

americana, a questão da administração eficiente da crise econômica colocou em questão a construção do projeto neoliberal, trazendo reflexos, também, sobre os países dependentes.

9

A crise do leste europeu também se aprofundou na medida em que a proposta de substituição da utopia socialista pela lógica capitalista de mercado teve como resultante final a aceleração da deterioração das condições de vida, da exploração dos trabalhadores e da desorganização econômica. Este é um componente que aprofunda a crise capitalista internacional.

10

Fica cada vez mais claro que a revolução científico-tecnológica apregoada como a grande solução para a consolidação da "nova ordem capitalista internacional" (na perspectiva da burguesia) serviu basicamente para ampliar o processo de desqualificação e dispensabilidade do trabalhador. Avançou, ainda, no sentido de descaracterizar a ação sindical de feição classista.

11

Os impasses colocados no processo de implementação dessa "nova ordem capitalista internacional", seja na perspectiva econômica, seja na perspectiva político-social, trouxeram componentes que acirram os conflitos no interior do capitalismo como o ressurgimento do neo-nazismo e das intolerâncias étnico-religiosas, dentre outros.

12

Ressalte-se, finalmente, que a gravidade do quadro internacional coloca perspectivas positivas para a retomada da luta e da organização dos trabalhadores. O movimento sindical combativo tem em seus ombros uma responsabilidade cada vez maior.

## **2 - O Governo Itamar e a conjuntura vivida pelo movimento social organizado.**

13

Chegando ao governo, no bojo da luta pelo **impeachment**, Itamar tenta implementar, gradativamente, um pacto social. Aprofundou-se, desde o último CONAD para cá, a **integração passiva à ordem** de vários setores: o chamado Condomínio da Governabilidade. Essa designação eufemística sinaliza para o conjunto da sociedade, a tentativa até aqui relativamente exitosa, de conter as diferenças políticas em nome da responsabilidade comum para garantir as condições de governo. É uma forma de represamento dos movimentos populares e sociais, que se caracteriza pela despolitização e pela perda do horizonte classista. Perda que a mídia tenta universalizar, apresentar como a única saída possível.

14

As medidas mínimas que o governo Itamar apresenta como "sociais" não tem conseguido avançar. E isso decorre da própria natureza do governo. Itamar, como reiteradamente afirmamos, está implementando o projeto neoliberal. Se bem ele difere do governo Collor na medida em que se apresenta como desejando o diálogo, por outro lado condiciona toda e qualquer medida ao ajuste fiscal e pratica uma política salarial não recupera as perdas salariais, mas as aprofunda. E que embora "dialogue" não se compromete efetivamente com o atendimento das reivindicações.

15

A novidade é o aprofundamento da **integração passiva dos movimentos sociais à ordem**. Isto é crucial. O movimento social não sofreu nenhuma derrota após o **impeachment** mas está relativamente imobilizado. Os espaços políticos não foram corretamente ocupados. Como resultado da luta que reduziu o combate a Collor ao combate à corrupção não se aprofundou a luta contra a política neoliberal e assim não se constituíram alternativas concretas. As recentes tentativas de desdobramento da "Ética na política" se traduzem na proposta de Comitês pela cidadania e contra a miséria. Se bem, a tese da luta contra a miséria seja justa, a forma pela qual esta, sendo proposta corre o risco de ainda uma vez esvaziar o poder constituinte popular. A ANDES-SN, junto com o movimento sindical organizado na CUT, e demais setores do movimento social organizado deve desenvolver uma ação efetiva no sentido de dar um conteúdo político popular a esses comitês fazendo com que eles sejam

canais reais de intervenção e de luta. E não fiquem imobilizados por um apoio genérico às propostas do governo para atenuar a miséria institucionalizada. Se até agora nossa luta foi de organização da resistência, cabe agora dar um novo passo e avançar na luta. O desafio colocado pela Revisão Constitucional, pelo Plebiscito, pela continuidade da política recessiva e de arrocho exige a profunda interligação de todas essas lutas.

**16**

O governo Itamar tem suas ações monitoradas pelo Congresso Nacional, subordinando desta forma, as suas medidas principais, a maioria conservadora do atual Parlamento. Itamar, com sua política, abandona o movimento real que desalojou o ex-presidente, ao nomear o Congresso como verdadeiro interlocutor dos interesses da maioria da sociedade e revela a sua fragilidade ao reproduzir, em ausência de uma maioria fiel, os métodos de busca do apoio político em troca de cargos.

**17**

É preciso, contudo, afirmar que nenhum pacto ou condomínio é capaz de resolver os problemas da guerra civil não declarada que nossa sociedade vive hoje. A única "saída" para os governantes, parece ser a "policialização" da segurança, frequentemente solicitada pelas parcelas mais desorganizadas da sociedade, e habilmente aproveitada por setores dos meios de comunicação de massa, como no recente episódio da "decretação" da pena de morte pela rede Globo.

**18**

O movimento social organizado deve ter claramente colocada a perspectiva de que não pode haver solução para a sociedade que não passe por uma mudança radical da política implementada pelo governo. A experiência internacional demonstrou que o aprofundamento da "modernização" neoliberal significa o aumento da miséria (por exemplo nos EUA, na Inglaterra).

**19**

O aprofundamento da política neoliberal fez com que o setor capitalista mais oligopolizado e internacionalmente integrado tenha procedido a uma reciclagem e esteja hoje produzindo com menos postos de trabalho e aumento da produtividade. O que significa que uma "retomada do desenvolvimento" não se traduzirá mecanicamente em um crescimento de possibilidades de emprego. Por outro lado, no conjunto da economia brasileira, há um sucateamento e uma destruição generalizada do parque industrial. O recente debate sobre o papel do Estado implica não apenas a explicitação e tentativa de resolução das contradições intersetoriais (industriais X sistema financeiro, p. ex.) como também a clareza de que para a maioria dos empresários uma redução da intervenção estatal será desastrosa.

**20**

Todo esse conjunto de redefinições lança luz no processo da **integração passiva à ordem**. Não se pode reduzir a perda de horizonte classista a uma maquiavélica traição das direções. Contudo deve ter-se presente que essa perda caminha **paripassu** com um processo crescente de institucionalização tomado mais factível pela perda de referência do movimento sindical a nível internacional. Isto se torna absolutamente claro se compararmos esse momento com a reação desses movimentos à proposta de pacto social de Sarney.

### **Plebiscito e Revisão Constitucional**

**21**

A constituição estabeleceu a data de 7 de setembro de 1993 para a realização de um plebiscito sobre sistema de governo e determinou uma reforma constitucional em outubro deste mesmo ano.

**22**

O debate sobre o sistema de governo foi golpeado com a antecipação do plebiscito para abril.

**23**

Não estão dadas, portanto, as condições adequadas para o plebiscito e a reforma constitucional. A efetivação do plebiscito, nessas condições, implicará sua transformação em panacéia nacional, esvaziando o debate sobre a reforma constitucional que ficaria restrito ao Congresso Nacional. Desse modo, a maioria dos parlamentares estaria à vontade para eliminar do texto constitucional, sob diversos pretextos, praticamente todas as poucas

conquistas que o movimento social organizado conseguiu em 1988 e que, em sua maioria, jamais chegaram a ser aplicadas e incluir outras tantas que o movimento social conseguiu barrar naquela ocasião.

24

Uma vez realizado o plebiscito, qualquer que seja seu resultado, a reforma constitucional será imediatamente desencadeada.

25

A decisão sobre implantação do parlamentarismo deve estar, necessariamente, acoplada a ampla e profunda modificação no sistema e no processo eleitoral e na representação parlamentar, bem como ao tipo de parlamentarismo a ser adotado.

26

Deve-se eliminar as graves distorções que fizeram com que a maioria da população tenha representação minoritária no parlamento, e igualmente importante é repensar a existência do Senado que deforma ainda mais a representação nacional.

27

Estes não são os únicos pontos importantes nesse processo.

28

O MD, portanto, precisa discutir e decidir em sua instância máxima sobre as seguintes questões:

29

1 - Vamos tomar posição (qual) sobre a antecipação do plebiscito?

30

2 - Vamos tomar posição (qual) sobre o sistema de governo? Será posição indicativa?

31

3 - Vamos tomar posição (qual) sobre a realização da reforma constitucional?

32

4 - Que pontos da Constituição queremos manter?

33

5 - Que pontos da Constituição queremos modificar (que modificação) ou suprimir?

34

6 - O que pretendemos incluir na Constituição?

#### **As tarefas imediatas: o horizonte das lutas**

35

A necessidade de uma intervenção decisiva na questão do Plebiscito e sobre Reforma Constitucional exigem a clareza de que essa luta não pode obscurecer um conjunto de lutas que permanecem como tarefas inadiáveis. Por isso mais do que nunca faz-se presente a articulação das lutas democráticas gerais com as lutas concretas particulares.

36

As questões sustentadas na Revisão Constitucional se traduzem imediatamente nestas outras. Garantia da Seguridade Social, da aposentadoria por tempo por serviço, Reforma Agrária, Sistema Único de Saúde, Escola Pública e Gratuita, entre outros itens, estão sob a mira dos conservadores que tentarão suprimi-los. Do ponto de vista dos setores populares muitos deles carecem de uma efetiva implementação.

37

Continuam atuais as tarefas definidas pelo III CONAD Extraordinário

*Como este texto foi elaborado um mês e meio antes do XII Congresso, a Diretoria deverá atualizá-lo no início do evento.*

## **Encaminhamentos**

### **I - Reforma Constitucional**

1 - Denunciar a não regulamentação de artigos da Constituição Federal ressaltados os pontos positivos da mesma.

2 - A Diretoria, mantendo a posição do III CONAD Extraordinário, referendada pelo XXV CONAD, propõe ao MD o debate sobre a elaboração de uma plataforma de ação com vistas à revisão constitucional e a questão do Estado e da forma de governo (Plebiscito), previstas pela Constituição Federal para o corrente ano, com o objetivo de deliberação pelo XII Congresso da ANDES-SN.

### **Encaminhamentos**

a) Os Grupos de Trabalho da ANDES-SN deverão apresentar ao XII Congresso a avaliação da Constituição e propostas preliminares para a reforma constitucional, principalmente, nas questões de Política Educacional, de C&T, de Saúde e Seguridade Social, de reestruturação fiscal e de organização sindical. Recomenda-se ainda a realização de debates sobre a reforma constitucional ao nível das AD/S. Sind. para deliberação do XII Congresso.

b) Buscar, imediatamente, articulação com outras entidades no sentido da construção de amplo arco de alianças na defesa do interesse dos trabalhadores. Criação de um fórum de entidades e do movimento social organizado, para este fim.

### **II - Encaminhamentos Emergenciais**

#### **Encaminhamentos junto ao movimento social organizado**

1 - Elaboração de uma proposta de política salarial para ser negociada pela CUT com o Estado que assegure, no mínimo, a reposição mensal do poder aquisitivo dos salários.

2 - Definição de uma política de recomposição do salário mínimo que assegure, pelo menos, o disposto na Constituição Federal (Art. 7º, inciso IV) e piso salarial por categoria para todos os trabalhadores, reajustado pelo índice do DIEESE.

3 - Exigir do governo a imediata implementação do combate sistemático à sonegação fiscal.

4 - Não aceitação da criação de qualquer novo imposto ou aumento de alíquota dos já existentes que venha a onerar ainda mais a classe trabalhadora, bem como de qualquer proposta de reforma fiscal, no momento.

5 - Retirada do Projeto de Lei de Propriedade Industrial, conhecido como "Lei das Patentes", lesivo aos interesses da maioria da população.

6 - Discussão com os diferentes setores do movimento social organizado sobre a exigência de uma reorientação efetiva das prioridades orçamentárias da União e a criação de mecanismos de controle de sua execução.

7 - Suspensão imediata e integral do programa de privatizações, com auditoria naquelas já realizadas.

8 - Exigir do Governo Itamar que as negociações com os SPFs, atualmente em andamento, se transformem em negociações efetivas (ou seja, que haja espaço para apresentação e discussão de contra-propostas) com vistas à implementação de uma isonomia salarial entre os três poderes, revisando a que está sendo implementada, que além de não conduzir à isonomia, introduz distorções e discriminações.

9 - Auditoria na dívida interna pelo Congresso Nacional.

10 - Não pagamento da dívida externa.

11 - Lutar pela continuidade das investigações e pela punição dos culpados, sobretudo, nos casos PC, Vasp, NEC, PP e LBA e contrato de compra com Israel, sem prejuízo de novos casos que se evidenciem.

12 - Fim imediato da política econômica do governo que agravou a recessão, destruiu milhares de postos de trabalho, diminuiu a participação do trabalho na renda nacional e desorganizou a economia sucateando os serviços públicos de saúde e educação e inviabilizou a pesquisa científica e tecnológica.

13 - Exigir a devolução, já, de parcelas dos salários dos professores cassadas durante o Governo Collor.

#### **Encaminhamentos para negociação imediata junto ao governo.**

1 - Assegurar a tramitação imediata, em regime de urgência urgentíssima, do projeto de LDB que se encontra na Câmara dos Deputados (PL nº 1258-A/88).

2 - Reversão imediata das prioridades do governo federal de forma a prover recursos que permitam aos organismos de fomento da pesquisa sob sua responsabilidade, como FINEP, CAPES e CNPq atender à demanda por bolsas em todos os níveis e por financiamento para projetos de pesquisa básica. É fundamental manter o compromisso com projetos já aprovados.

3 - Assegurar o cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, garantindo a finalidade de Hospital-Escola dos HUs, respeitada a autonomia da Universidade.

4 - Retomada imediata de investimento necessário à aplicação integral do FNDCT, incluindo dotação orçamentária específica para o pagamento da contrapartida federal ao investimento estrangeiro.

5 - Exigir do governo o compromisso de não contingenciamento das Verbas para Saúde e Educação.

## MOVIMENTO DOS TRABALHADORES - SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO EM QUESTÃO

*Contribuição da APUFSC/S.Sind.*

### Introdução

1

O movimento docente, ao longo dos anos, tem mantido acesa a chama do debate acerca do socialismo enquanto uma possibilidade de vida em sociedade. A discussão é controversa e polêmica, porém necessária. Este texto representa uma contribuição, para além de argumentos ideológicos, das possibilidades do socialismo. Esta vertente de análise se fundamenta na crítica à noção de trabalho como necessidade supra-histórica dos homens.

2

A ilusão se desvanece. O socialismo como mundo do trabalho desmoronou. Com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, a foice e o martelo, corroídos pela história, aumentaram o entulho de ferro junto ao bronze das estátuas dos líderes bolcheviques. O capitalista é exaltado como o único agente social capaz de combinar eficientemente a produção e a distribuição da riqueza. A social-democracia é adotada como guia de ação em detrimento do marxismo.

3

Não é estranho que no verão de 89, Francis Fukuyama - vice diretor da equipe de planejamento do Ministério do Exterior dos Estados Unidos - declara inadvertidamente que estaríamos vivendo o "fim da história". Para esta vertente do pensamento, o capitalismo é uma instituição eterna, nada mais haverá além dele. Parece que o Ocidente venceu, que não surgiu nenhuma perspectiva nova ao homem, com o socialismo. Com a queda do muro ter-se-ia encerrado mais um capítulo da história, um ramo lateral, cancerígeno da modernização burguesa, que felizmente se extingue como o homem de Neanderthal. Enquanto relação social a-histórica, aos homens somente cabe aprimorá-lo. E igualmente como a relação social capitalista, também o trabalho possui caráter de eternidade, pertence à essência da condição humana, é algo inerente ao próprio homem.

4

O trabalho não é nada supra-histórico, não é mais do que a exploração econômica abstrata, na forma de empresa, da força de trabalho. Como os Fukuyama da vida, há inúmeros que têm apreendido o trabalho enquanto essência humana supra-histórica. Com a queda do muro de Berlim esta discussão adquiriu novos contornos pois se percebeu o quanto o socialismo da ex-URSS e do movimento operário internacional estavam imbuídos nesta concepção. Durante, longos anos o socialismo foi sinônimo de sociedade do trabalho, ou a sociedade onde os homens têm trabalho assegurado. "Se Alexej Stachonov, aquele homem a respeito do qual se afirma ter extraído, na noite de 31 de agosto de 1935, na região do rio Donez, 102 toneladas de carvão num turno de cinco horas e 45 minutos, ele personifica com isto o princípio capitalista de um dispêndio abstrato de força de trabalho, que de forma tautológica, traz a finalidade em si mesma. (Kurz, 1992:24). Nesta ótica a "ideologia da produtividade" difere muito pouco da exaltação capitalista do operário padrão (\*).

5

Ambos consideram o trabalho como natureza supra-histórica. A divinização do trabalho terminou por imprimir ao socialismo do movimento operário nada mais do que uma feição de prolongamento do princípio capitalista. Nem mesmo a União Soviética escapou disto. Não só não encaminhou a supressão deste princípio, mas o elegeu como executor histórico.

6

Socialismo como sinônimo do trabalho para todos, eis a questão histórica. A exaltação do socialismo como apropriação social da riqueza, fundado no trabalho para todos, mostrou-se insuficiente para a emergência de uma nova forma de ser dos homens. Novas relações sociais se fazem necessárias e suficientes a nova sociedade.

7

Essa nova categoria germina nas entranhas da produção capitalista que, em sua reprodução degenerativa, indica-nos mais do que nunca, que a produção dos homens está a dispensar trabalhadores diretos. Em outros termos, isto quer dizer que o capital vem perdendo a capacidade de explorar a força de trabalho. No Brasil e fora dele, cada dia aumenta a lista infindável de homens atraídos por tentativas de sobreviver com criativos negócios - restaurantes, fábricas caseiras de doces, chocolates, serviços de toda espécie. Que produzem?

8

Destarte o enigma da sociedade superior à capitalista está sendo engendrado das relações sociais que se fundamentam na produção pelo trabalho passado e não mais no trabalho presente, vivo. Estas novas relações de produção e apropriação ainda são imaturas, potencialidades, e se consubstancializam na categoria de não-trabalho.

9

A luta contra a exploração capitalista é, mais do que nunca, insuficiente, agravada pela circunstância de que o capitalismo já não mais consegue explorar os trabalhadores em sua plenitude. A redução do número de trabalhadores diretos se acentua consideravelmente. A produção da riqueza não mais necessita da quantidade de trabalhadores diretos (assalariados) por ele criado. O trabalho como critério de apropriação da riqueza se evapora no ar. Formas novas de apropriação não vinculadas ao trabalho se ampliam e se multiplicam, indicando a degeneração das formas burguesas. Vide o capital financeiro.

10

Ao movimento dos trabalhadores cabe a tarefa histórica de dar curso à desintegração do capitalismo, tendo por pressuposto o paradoxo de se auto-extinguir enquanto assalariado, ao extinguir a sociedade que o explora.

11

O que está em questão não é pois "o sindicalismo livre" que simboliza a perpetuidade da forma contemporânea de capitalismo, porém a perspectiva social nova, que transcende o sistema produtor de mercadorias. Portanto trata-se de algo mais do que socialismo concebido como o projeto de emancipação fundado na sociedade do trabalho.

12

Lutar somente para eliminar as mazelas e misérias do capitalismo é permitir a reprodução e intensificação da exploração atual. Urge a necessidade de lutar por novas formas humanas de ser, porém não fundadas no trabalho.

13

A queda do muro de Berlim e a derrocada da URSS nos conduz à consciência de que a luta pela nova sociedade não se restringe às condições pretéritas da sociedade, ao seu caráter nacional mas sim fundamenta-se nas categorias globalizantes. O socialismo é muito mais do que o esforço retardatário e giganteco de independência nacional.

14

Hoje reafirma-se a necessidade de buscarmos uma sociedade distinta do capitalismo. Não mais regionalizado, que é pretérito, mas como nos tempos de outrora "trabalhadores do mundo, uní-vos", esta velha palavra de ordem repõe a questão noutros termos, socialismo é um projeto histórico viável desde que apreendido em sua dimensão internacional. É este o imperativo da sociedade dos homens no limiar do século XXI: ser simplesmente cidadão do mundo, caso a opção não seja pela destruição da humanidade.

15

Evidentemente que esta perspectiva apreende o projeto político dos trabalhadores para além da nação no qual está inserido. O mundo tornou-se uma grande fábrica, visível não apenas por uma produção internacionalizada de mercadorias, mas por uma "cultura" internacional, graças às transformações na micro-eletrônica, na economia, na biotecnologia, na informática. Está em curso um processo de mundialização que põe em xeque a noção de Estado-nação e a redefine como centro de decisão. O FMI tem sede em que lugar? Qual a sua nacionalidade? O FMI é apenas o guardião do deus capital, não tem pátria e por não ter pátria, pode e adquire a nacionalidade de todas as pátrias.

16

Se reconhecermos portanto que vivenciamos as implicações de um processo de mundialização - que tornam os processos regionais e ou nacionais pretéritos - ao movimento dos trabalhadores-docentes - coloca-se a hipótese de busca de uma cidadania global. É pretérita a referência - trabalhadores docentes do Brasil.

17

Um aspecto é preciso deixar bem claro: assim como em outros momentos, o proletariado contemporâneo necessita manter acesa a chama da rebeldia contra a arbitrariedade das relações de dominação, expressa no absurdo da compulsão do mundo do trabalho.

### **Nova cultura de resistência**

18

Não é de hoje que os sindicatos lutam além dos interesses imediatos de seus filiados. É fundamental que incorporem as novas características da produção dos homens. Num mundo onde os homens (enquanto trabalhadores diretos) não se fazem mais necessários, as reivindicações por aperfeiçoamento das relações existentes só conduzirão à ampliação da dominação, da miséria e do pauperismo humano. Lutar por romper com a forma de apropriação privada da riqueza também está demonstrando ser insuficiente, embora necessária, a superação das velhas estruturas burguesas. A luta, portanto se fundamenta na ruptura da produção dos homens fundada no mundo do trabalho.

---

19

(\*) Fiquei pensando, a esse respeito, que a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto. Não é justo fingir que o capitalismo seja uma forma de vida parasitária e improdutiva. Ao contrário, o mundo burguês não tem conhecido nenhum conceito e valor mais elevado do que o trabalho, e este princípio ético, que se torna oficial somente no socialismo, vem a ser princípio econômico e critério político humano, diante do qual somos aprovados ou não, e isto de maneira que ninguém pergunta por que o trabalho possuiria esta dignidade e santidade absoluta. Ou será que o socialismo traz um novo sentido e uma nova finalidade ao trabalho? Pelo que eu sabia não. O trabalho é uma fé, é algo absoluto? Não é. O socialismo não se encontra num nível intelectual, moral, humano e religioso mais alto do que a ideologia burguesa capitalista, sendo apenas um prolongamento desta. É tão ateu quanto ela, pois o trabalho não é divino. (Mann, 1979, p. 268)

---

# RELAÇÕES SINDICAIS

---

TEXTO 1

1

A gravidade do momento que vivemos se deve fundamentalmente à capacidade até aqui demonstrada pelo governo de buscar apresentar-se como saída para a crise em que o país foi lançado pelo desgoverno Collor e, isso é vital frisar, pela imobilização em que o movimento sindical se encontra.

2

A idéia de que todos aqueles que ajudaram no **impeachment** de Collor têm que assumir a responsabilidade de agora trabalhar pelas condições de governabilidade é não apenas falsa como também sustenta uma postura colaboracionista. E isso se faz sem nenhuma contrapartida. Recentemente Roberto Freire, líder do governo Itamar na Câmara, afirmou que se o "ajuste" fiscal não passar, a política salarial aprovada teria que ser modificada. Assim seriam os trabalhadores, já repetidas vezes punidos pela política neoliberal que o governo Itamar está implementando que pagariam o pato.

3

Não cabe, portanto, ter ilusões. Mesmo o fato de que figuras como Barelli estejam no governo não deve obscurecer o significado da política vigente. O movimento sindical deve passar a uma postura mais ativa. A CUT não pode ficar presa nas tenazes de uma tática governamental que busca a realização de uma política anti-social e neoliberal. Não somos "sócios dessa jornada", porque os sócios pagam a conta, ainda que diferencialmente, e nós pagaremos a maior parte, a pesada conta da dívida desse governo.

4

À CUT, e ao movimento sindical nela organizado, cabe atuar no sentido de combater a política neoliberal. Sabemos que mais de dez anos de recessão (nacional e internacional) têm levado os trabalhadores a uma posição defensiva. Sabemos que o neoliberalismo tem como ponto essencial a quebra das organizações sindicais e a fragmentação de suas lutas, o que leva (ainda que não necessariamente) ao aparecimento de um discurso conservador no interior da Central. Sabemos que a CUT tem procurado estratégias que permitam sair dessa crise. Contudo, o que se vê, e era de se esperar, é o absoluto descompromisso do patronato com as questões sociais. Um bom exemplo foi o acordo de redução de impostos "para defender a indústria automotiva".

5

Tudo isso vem provocando uma **integração passiva à ordem**. Não se trata de reduzir essa progressiva perda do horizonte classista à traição das direções. Essa perda, contudo, tem caminhado lado a lado com um processo de institucionalização tornado factível pela ausência de referências internacionais de combate ao capital. Isso é claramente demonstrado pela falta de alternativas para a CUT devido ao monopólio efetivo da CIOSL. E, no campo do sindicalismo dos educadores, pela fusão SPIE-CMOPE. É nesse campo que cabe à ANDES-SN e às suas seções sindicais atuar com o conjunto do movimento sindical cutista, buscando unificar nossas lutas e dar-lhes efetividade e força até aqui não suficientemente alcançadas.

6

No plano organizativo devemos aprofundar nossa intervenção na Central. É mínima nossa representação nos Congressos nacionais, estaduais e regionais da CUT. Nossa participação no Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE) foi quase nula. Como já foi dito, cabe às AD/S.SIND regularizar sua contribuição financeira às CUTs estaduais. Não é necessário filiar-se à CUT, já que sendo partes do Sindicato

Nacional as ADs já estão filiadas. Mas se não regularizarem a contribuição financeira não têm direito estatutário de participação na organização. As secretarias regionais devem estimular esse processo e trabalhar junto às CUTs estaduais no sentido de implementar as lutas e decisões tanto nacionais quanto estaduais da Central.

7

É também vital para nós a questão da verticalização no interior da Central. O DNTE se apresenta como a forma adequada de nossa representação no interior da CUT. O decisivo na questão da verticalização é verificar o que melhor convém para a construção da Central e de suas organizações. A Central deve, portanto, respeitar as formas de organização e de luta das categorias. Não faz o menor sentido, por exemplo, desorganizar a ANDES-SN no interior de um Sindicato de Funcionários Públicos Federais, de sindicatos estaduais e/ou municipais. O ritmo de um processo de unificação de diversas categorias não pode ser decidido burocraticamente, em especial quando o nível organizativo das mesmas é extremamente diferenciado.

8

Devemos, pois, participar tanto do Seminário dos SPF quanto do debate sobre o Congresso do DNTE. É tarefa do nosso Sindicato atuar de forma firme para a realização desse Congresso, com o máximo de clareza e participação, e buscar evitar a criação de uma **Confederação de Educadores** que não é proposta de nenhum dos setores do Departamento. Se criada, será, tendencialmente, apenas um pesado organismo burocrático. Não podemos abrir mão da manutenção do DNTE, embora devamos atuar no sentido de reformulá-lo para dar-lhe maior eficácia. Isto passa necessariamente pela nossa intervenção no cotidiano do Departamento.

9

O XII Congresso da ANDES-SN estará debatendo os temas da Reforma Constitucional. No que diz respeito às relações sindicais devemos aprofundar as questões fundamentais da Organização Sindical, da Negociação Coletiva, do Substituto Processual, do Direito de Sindicalização dos Funcionários Públicos, entre outros. A reunião do GT de Política Sindical a ser realizada antes do XII Congresso elaborará um texto complementar a este.

## TEXTO 2

# DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ANDES-SN

*Contribuição da APUFSC/S.SIND*

### 1

O sindicalismo mundial passa atualmente por um profundo processo de reformulação ideológica, política e orgânica como resultado do impacto da queda dos governos socialistas do Leste Europeu e da dissolução da União Soviética. No campo político-ideológico, verificamos uma grande ofensiva dos monopólios com sua chamada "política neoliberal" cujo requisito fundamental é liquidar e "domesticar" quaisquer formas de organização autônoma e classista dos trabalhadores em todos os cantos do planeta. Trata-se de anular o projeto histórico ou qualquer sonho utópico de construção de uma nova sociedade, de impor aos trabalhadores apenas a perspectiva pragmática e burguesa de lutar dentro dos marcos do capitalismo. Esta política impõe-se pela cooptação corporativista ou pela violência.

### 2

A filiação da CUT à CIOSL, decidida pela plenária nacional em julho de 92, significou uma profunda capitulação das centrais terceiro-mundistas promovida pelo sindicalismo de negócios norte-americano e a social-democracia européia. Internamente, significou o reforço de uma política majoritária de domesticação e institucionalização do movimento cutista (que tem ampliado o sentimento corporativista) e a renúncia do projeto classista, autônomo e democrático que animou a CUT desde sua fundação. Do ponto de vista internacional a filiação da CUT à CIOSL (pela autoridade política conquistada pela CUT em 10 anos de lutas) enfraqueceu mais ainda o lado classista do movimento sindical das centrais classistas, particularmente da CTC cubana.

### 3

A discussão deste tema, ocorrida nos últimos Congressos e CONADs da ANDES-SN, particularmente no XXV CONAD, foi clara e evidente no sentido de delinear uma política que retome o projeto classista da central, porém a resolução é incompatível com a avaliação quando afirma que a ANDES-SN deve "cobrar da CUT que oriente sua atuação no âmbito da CIOSL para a formação de um bloco de centrais nacionais dotado de perspectiva classista e de massas, autônomo em relação aos estados, patronato, partidos e confissões religiosas, caracterizado pela rejeição da concepção que apresenta o capitalismo como estágio final da história da sociedade humana". (Relatório Final do XXV CONAD, Piracicaba, dez/92, pp. 100, grifo nosso). Ora planejar uma perspectiva classista no âmbito da CIOSL é esperar que do espinheiro nasçam uvas. A ANDES-SN desta forma capitula ao projeto de domesticação da CUT. Defendemos que a ANDES-SN deva propugnar pela desfiliação da CUT da CIOSL em consonância com seus princípios já expostos.

### 4

No âmbito das centrais de docentes verificamos a mesma tendência de cooptação de grandes bases sindicais terceiro-mundistas e isolamento e exclusão dos setores marcadamente classistas. A absorção da CMOPE pelo SPIE, acompanhada de uma proibição de dupla filiação demarca claramente a natureza política da nova central de docentes - o sindicalismo "civilizado" e "livre" de "primeiro mundo". Nesta fusão a "pluralidade" preservada é a mesma que possa existir num batalhão de *mariners*.

### 5

O mito do chamado "sindicalismo livre" empregado pela CIOSL e SPIE não tem servido para outra coisa senão aparelhar ideologicamente, com esta falácia, o sindicalismo de direita e suas consequências: o reforço da política do Pentágono e dos grandes interesses econômicos do Ocidente.

6

As tarefas da ANDES-SN no que se refere às relações internacionais:

7

1 - No interior da CUT

8

A tarefa fundamental do nosso sindicato nacional é contribuir para que o movimento sindical cutista retome seus trilhos. De alguns anos para cá, tem ocorrido, no interior da central uma linha de intervenção (de capitulação, de "interlocução", de entendimentos etc) contrária aos princípios políticos que fundaram a CUT. Neste sentido sua capitulação ao sindicalismo de direita da CIOSL é somente o coroamento de um processo mais amplo há anos em curso.

9

É portanto, a partir de uma articulação com as demais forças políticas classistas e democráticas presentes na central que nosso sindicato deve buscar a retomada do projeto original da CUT. Como decorrência desta política, é possível recuperar a estratégia de organização e mobilização dos "de baixo" para seu projeto histórico, o que implica, no campo internacional a desfiliação da CIOSL e uma prática classista e independente de relações internacionais.

10

2 - No MD internacional

11

O XXV CONAD já indicou a possibilidade de nossa vinculação orgânica à Central Sindical resultante da absorção da CMOPE pelo SPIE. Em linhas gerais corremos o mesmo risco, neste XII Congresso, de cometer o equívoco político da CUT em relação a sua filiação à CIOSL, pelos seguintes motivos:

12

- É ilusório acreditar na possibilidade de sucesso político de uma articulação política da burocracia sindical mundial de direita no sentido de cooptar, isolar e acomodar os setores democráticos (pequenas concessões estatutárias, cargos etc).

13

- A SPIE é o organismo da CIOSL dentro do MD mundial. Nosso sindicato, desde o início do debate sobre relações internacionais tem afirmado que "a CIOSL é tudo que combatemos no campo do sindicalismo, representa o sindicalismo de negócios". Vincular-se organicamente a uma entidade internacional capitaneada pela CIOSL é incompatível com a história política da ANDES-SN.

14

- O que podemos esperar de uma central internacional que já nasce com deformações políticas de tal monta como: Comissão de transição com flagrante hegemonia do polo de direita (12x3); possibilidade de reeleição ad-alternum do Secretário Geral; política de exclusão em relação a CUBA, Vietnam, etc.; impossibilidade de dupla filiação, etc?

15

Os princípios políticos expressos na carta do Rio de Janeiro de 1990 demonstram a incompatibilidade evidente entre a política de relações internacionais da ANDES-SN e a natureza da "nova" central resultante da absorção da CMOPE pelo SPIE. Esta "nova" central inviabilizará a implementação dos princípios políticos fundamentais para as relações internacionais da ANDES-SN, na medida em que ficaremos subordinados a uma forma internacional hegemonicamente de direita, sem possibilidades de articular um verdadeiro fórum internacional de entidades democráticas.

# Política Educacional, Seguridade Social e C&T

TEXTOS 1

## UNIVERSIDADE, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

### 1. Introduzindo a temática

1

A seleção do tema que articula os três níveis de ensino do sistema educacional brasileiro para o debate durante o XII Congresso da ANDES-SN de certa forma atende a uma demanda da realidade desse sistema, que deverá ter alterada a sua estrutura e funcionamento, a partir da aprovação da LDB, em tramitação na Câmara Federal desde 1988.

2

Sem dúvida, a morosidade do processo de votação desse projeto de lei tem sido responsável pelo desgaste das entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que já não conta com a mesma disponibilidade financeira e de pessoal para realizar o acompanhamento da tramitação, como vinha ocorrendo há quatro anos.

3

Ainda que isso ocorra, existe uma intenção por parte das entidades do Fórum em potencializar a sua ação nesse momento decisivo sobretudo para a definição das diretrizes e bases da educação nacional, na perspectiva de sua transformação, em termos qualitativos e quantitativos.

4

A ANDES-SN, entidade presente a esse processo, e mais do que isso, tendo contribuído de forma significativa para o avanço do debate de questões cruciais da educação pública, entende que é urgente a tarefa de se debater a articulação entre a universidade, o ensino fundamental e o ensino médio, uma vez que a alteração de qualquer um desses níveis passa necessariamente pelo âmbito da universidade, destacando-se a sua influência no processo de produção de conhecimento e de metodologias no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

### 2. A desarticulação histórica desses níveis

5

Embora se possa constatar no cotidiano da universidade que nos seus diferentes cursos existe sempre a intenção de integrá-los à realidade da rede de 1º e 2º graus, é sabido por todos que existe uma enorme distância entre o pensado e aquilo que é concretizado de fato.

6

Essa desarticulação pode ser explicada a partir de uma perspectiva histórico-crítica, que torna evidente o fato de que tendo sido mais cuidada durante a colônia e o império a educação das elites nacionais, foi dada maior ênfase ao ensino superior e não às escolas de primeiras letras, que se destinariam naturalmente aos excluídos socialmente, não por acaso os índios, negros e portugueses analfabetos.

7

Considerando-se a condição de superioridade em que se colocou historicamente a universidade brasileira, muito tem se perdido, no sentido de um avanço mais amplo do próprio sistema educacional. É claro que essa situação foi ainda mais acentuada durante a ditadura militar, em que se estabeleceram, em grande parte, os vínculos artificiais entre o 3º, o 2º e o 1º grau, no entanto, além dos fatores externos há que se reconhecer os fatores de entrave interno, relativos a um certo desconhecimento daquilo que a realidade exige que se realize para a solução dos problemas de currículo e de formação profissional, tanto em nível de licenciatura, como no nível do bacharelado.

### 3. Polemizando em torno de algumas questões cruciais

8

A desarticulação que se tem reproduzido historicamente evidencia a predominância de uma ótica positivista e funcionalista que ainda é hegemônica em grande parte das atividades de ensino, pesquisa e extensão. E é essa ótica que necessita ser avaliada e ultrapassada urgentemente, para que se possam superar os limites que estão postos para a integração da universidade, do ensino fundamental e do ensino médio.

9

Na realidade esses três níveis não podem existir separadamente, portanto cabe compreendê-los como parte de uma totalidade em contínuo processo de transformação, dado o seu caráter eminentemente histórico.

10

Tomando-se esse pressuposto como referência para o nosso debate urge combater as posições equivocadas que vêm sendo gestadas no bojo da discussão e votação da LDB no Congresso Nacional, onde representantes de partidos de direita e de centro, resgatam questões superadas historicamente em nome da fidelidade aos anseios do povo brasileiro.

11

Essas posições, de certo modo foram introduzidas a partir da apresentação do Projeto de LDB do Senador Darcy Ribeiro que não apenas tenta criar um confronto com o atual projeto em tramitação, mas mais do que isso, vem tentando desqualificar todo o trabalho empreendido pelos parlamentares mais comprometidos com a educação pública e pelas entidades que se colocaram na luta em defesa da construção de um sistema nacional de educação que garanta um padrão unitário de ensino de qualidade, numa escola gratuita, laica e democrática.

12

Em se tratando do ensino fundamental a polêmica introduzida pelo PDT, com apoio do PFL, sobretudo na figura do ex-Ministro da Educação, Deputado Eraldo Tinoco, diz respeito à redução da escola de 1º grau, de oito para cinco anos, sob a alegação de que o Estado não tem condição de arcar com a escolarização de todos os cidadãos brasileiros. O que parece incrível nesse tipo de argumentação é constatar que foi justamente o Senador Darcy Ribeiro que defendeu e foi responsável pela implantação dos Brizolões, entendendo que a escola de tempo integral deveria ser adotada em todo o território nacional. Foi também o mesmo Senador que em 1992, em artigo publicado na Folha de São Paulo como parte de uma das matérias da série - República da Ignorância - fez a defesa veemente e enfática da criação dos CIACs, como solução para o atendimento da demanda pela escola de 1º grau.

13

No caso do ensino médio a falsa polêmica que se colocou no debate da LDB pela Comissão de Negociação está fundada no princípio de que esse nível de ensino tem que ser obrigatoriamente profissionalizante, para que se possa garantir a todo o cidadão a condição de estar apto para ingressar no mercado de trabalho, de preferência estando qualificado para se adaptar às demandas locais, quer sejam aquelas que exijam um grau de conhecimento mais sofisticado, como aquelas que exijam apenas um conhecimento menos apurado, porque se referem a atividade mais manuais e artesanais.

14

Essa falsa polêmica parece ser facilmente assimilada por um segmento significativo de parlamentares que, desinformados sobre o mundo da educação e sobre a sua relação com o mundo do trabalho, tentam impor a sua perspectiva historicamente anacrônica ao debate de uma das questões mais contundentes da atualidade, em que se verifica a necessidade de uma discussão profunda sobre o tema da educação e do trabalho no âmbito da universidade e do movimento docente, que terá que necessariamente liderar o processo da implementação da LDB e da elaboração do Plano Nacional de Educação, o que implica em rever a articulação entre o 1º, 2º e 3º graus.

15

Sobre a alegação de dificuldades financeiras para o financiamento do sistema educacional, na realidade, é do domínio público que os recursos públicos destinados à educação são canalizados de uma forma ou de outra para o setor privado, quer seja pelo mecanismo da compra de vagas nas escolas particulares, como ocorrerá em 93 (segundo anúncio do MEC da compra de 40.000 vagas), quer seja pela destinação de recursos vultosos para o

setor da construção civil, quer seja pela realização de convênios com entidades do setor privado para efetuar cursos, treinamentos e outras atividades ditas de capacitação de professores de 1º e 2º graus.

**16**

É essa falsa alegação da falta de recursos para o setor da educação pública que também dá margens a que se coloque no discurso oficial de quase todos os governos, da ditadura ao chamado Brasil Novo, a ênfase no ensino de 1º grau, justificando as medidas de restrição de recursos para o segundo grau e para as universidades públicas. O que causa estranheza é o fato de que mesmo sem recurso para a educação pública, os órgãos de financiamento da pesquisa, por exemplo, não deixam de financiar as atividades das instituições de ensino privado.

**17**

Parece claro para os movimentos sociais organizados que a questão da educação, como também da saúde pública tem a definição de seus rumos no âmbito da política econômica de caráter neoliberal e, portanto, esses setores estão fadados ao sucateamento e à desqualificação para que se destaque o sucesso e a produtividade do setor privado, como solução até mesmo para o funcionamento das escolas e dos hospitais. Em certa medida essa prática da privatização vem se concretizando mediante medidas tais como: o estímulo à criação e fortalecimento das fundações destinadas a administrar os hospitais universitários, e no caso da educação a ênfase que vem sendo dada às cooperativas escolares como mecanismo para a expansão do ensino, com a participação dos pais, professores e empresários.

#### **4. O que fazer diante desse quadro?**

**18**

Se essa realidade se apresenta com características tão marcadas pela ótica positivista e neoliberal, urge que o movimento docente, juntamente com os demais movimentos organizados de caráter sindical e político-partidário trabalhem com o objetivo de desmontar o discurso que se articula em torno dessa questão do ponto de vista da classe dirigente, bem como no sentido de rearticular os segmentos da sociedade diretamente envolvidos na luta pela desprivatização dos serviços destinados à maioria da população.

**19**

Trata-se de resgatar a concepção de que o Estado é responsável pela organização da sociedade, em termos econômicos e sociais e que sem a sua direção e participação efetiva na concretização das políticas sociais torna-se inviável qualquer projeto alternativo de sociedade.

**20**

Essa posição não significa a convivência com o Estado tal qual ele se encontra, mas implica a urgente revisão de suas bases de sustentação para que o movimento docente e o movimento sindical possam identificar as forças políticas potenciais para o processo de transformação da sociedade, a partir de agora.

**21**

Nessa perspectiva é fundamental que o movimento docente realize no âmbito da rede pública, seminários, oficinas de trabalho e outras atividades que permitam uma reflexão conjunta dos docentes e discentes dos três níveis, adotando o enfoque interdisciplinar para discutir os problemas e as alternativas de encaminhamento para o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior, conforme as diretrizes apontadas na LDB. Essa tática visa a antecipar o debate sobre o currículo dos três níveis, sobre a formação dos profissionais da educação, sobre as metodologias de ensino, pesquisa e extensão aplicada às questões relativas a todo o sistema educacional, sobre as condições materiais de funcionamento da rede pública, e sobre as condições de trabalho dos docentes no âmbito das universidades e das escolas de 1º e 2º graus.

**22**

O que se coloca como horizonte da luta pela escola pública de qualidade implica, sem dúvida alguma, a concretização de ações antecipatórias às do MEC e Secretarias de Educação no momento da implementação da LDB. Nossa tarefa urgente, urgentíssima, será a de fortalecer o Fórum Nacional e os Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública, para que se consolidem antes mesmo da aprovação da lei.

**23**

No ano de 1993, com certeza, a escola pública poderá ser alvo de muitos ataques, se pensarmos, por exemplo, na revisão constitucional, mas poderá também ser ocasião da ampliação das nossas conquistas. Esperar para ver o que acontece não é preciso, mas viver essa luta cotidianamente é preciso.

## Piso Salarial

### 1. Introdução

1

O Art. 7º, inciso V, da Constituição federal especifica como direito dos trabalhadores urbanos e rurais: "piso salarial proporcional à extensão e a complexidade do trabalho;". Ao mesmo tempo no capítulo referente à educação, o Art. 206, inciso V, define como princípio: "valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;".

2

Este é um instrumento legal significativo para empreendermos uma luta de amplitude nacional, que consiga aglutinar todos os setores da educação em torno da definição de condições de vida dignas ao professorado. Poderemos estabelecer uma ação combinada de manifestações públicas e pressões parlamentares, buscando concretizar aquilo que a Constituição nos garante. Isto, obviamente, exigirá uma ação integrada entre a ANDES/SN e outras entidades de professores, especialmente a CNTE.

3

Este texto, suprimidas as partes que ficariam datadas após o Congresso, constituir-se-ia em um material de justificativa e de definição numérica do valor de Piso que iremos reivindicar para os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), bem como a sistemática para sua correção monetária periódica. Fique claro, ainda, que sua implantação terá que ser compatibilizada com as demais entidades envolvidas.

### 2. Significado do Piso Salarial

4

Um piso salarial tem significado de salário mínimo profissional. Tal concepção envolve pelo menos:

5

a) A discussão sobre a sustentação das condições de vida, sobrevivência e reprodução do profissional.

6

b) A participação de cada um nos recursos e na renda gerada pelo país, bem como no progresso material que se dá na sociedade.

7

c) A preservação ou recuperação de patamares históricos de renda que a categoria já teve, que sejam referência de condições de vida adequadas e que tenham atendido minimamente às necessidades para o exercício digno da profissão.

### 3. Cálculo do valor do Piso Salarial

8

Ao longo do último ano, realizamos algumas reuniões com o DIEESE para discutir mecanismos de definição do Piso Salarial. Foram estabelecidos três eixos de trabalho, o último deles a depender de conseguirmos estabelecer uma sistemática adequada de operacionalização:

9

a) **Valores Históricos.** Seria a definição de um Piso referenciado na planilha de evolução dos salários descrita no item anterior, referindo-se eventualmente a um maior número de casos. Seriam usados aqueles períodos onde, para os docentes das diferentes instituições, conseguiu-se estabelecer patamares salariais dignos.

10

b) **Pisos Internacionais.** Trata-se de relacionar os valores de pisos salariais definidos em diferentes países, associando-os às condições de funcionamento das universidades e da educação em geral nestes países. O desenvolvimento deste estudo, está condicionado ao recebimento de informações solicitadas à FISE e CMOPE.

**11**

c) **Cesta Básica do Docente.** Esta metodologia se basearia na definição do conjunto de bens, serviços, atividades e despesas, necessárias à sobrevivência do docente e de sua família, bem como ao desempenho adequado da sua profissão. Definida a "Cesta Básica" imputar-se-iam os valores correspondentes aos diversos itens, fazendo-se sua totalização para obter o valor do Piso Salarial. Este é um estudo que acreditamos ser extremamente valioso, mas que está dependendo, atualmente, da formulação de uma proposta pelo DIEESE.

### **3.1) Cálculo do Piso Salarial por Valores Históricos**

**12**

A Tabela-I apresenta o poder aquisitivo real relativo do salário de um Professor Graduado em regime de dedicação exclusiva e início de carreira (classificado normalmente como Auxiliar-I/DE), para quatro grupos de IES: Instituições Federais de Ensino Superior, Universidades Estaduais Paulistas (USP, UNESP, UNICAMP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidades Estaduais do Paraná (dados fornecidos pela ADUEL). O referencial 100 foi definido para o maior salário nominal contratado em 1/abril/87, que correspondia àquele das Estaduais do Paraná. A posição relativa nas demais instituições foi definida a partir da razão com este valor. Para os demais meses, aplicou-se os índices de reajuste conseguidos ao longo do tempo e a inflação segundo os índices do DIEESE. Fica evidente que em todas estas IES processou-se uma degradação generalizada do poder de compra dos salários.

**13**

Devemos defender que a instituição de um Piso Salarial venha a restabelecer e preservar os melhores valores históricos percebidos pelos docentes. Neste caso, para as Estaduais Paulistas, é necessário retroagir à janeiro/1973, quanto foram observados os melhores padrões salariais - no início de 1987 estas universidades já haviam sofrido o impacto do profundo arrocho salarial patrocinado pelo governo Maluf e preservado pelos que o sucederam.

**14**

Segundo esta sistemática podemos ter como referência uma média entre os maiores valores salariais contratados, ou recebidos, convertidos para cruzeiros de hoje. A conversão para dólares, momentaneamente, possibilita uma avaliação corrigida pela inflação dos meses mais recentes. Perceba-se, porém, que não se trabalha com dólares em períodos longos porque ele não é um índice inflacionário, pois sofre a inflação de seu país de origem.

**15**

A Tabela-P.1 mostra o que seriam estes valores em cruzeiros de dezembro/92 e em dólares de janeiro/93.

**16**

Cabe a nós discutir:

**17**

a) qual o referencial mais conveniente a ser adotado?

**18**

(média entre os maiores valores contratados ou recebidos).

b) considerar este valor em termos de 20h ou DE? Se for 20h, qual o fator relacionando estes dois regimes de trabalho?

**19**

c) como estabelecer um cronograma de implantação do Piso, sensível às dificuldades com que iremos nos deparar?

**20**

d) definir as entidades e o processo pelo qual lutaremos pelo Piso.

TABELA-I

DATA	ICV DIEESE (MAR/78=100)	ICV DIEESE MENSAL	FEDERAIS Auxillar I, DE		ESTADUAIS SP Auxillar I, DE		UERJ Auxillar I, 40h		ESTADUAIS PR Auxillar I, DE	
			Reajuste	Salario Relativo	Reajuste	Salario Relativo	Reajuste	Salario Relativo	Reajuste	Salario Relativo
I/Abr/	133716			80.086		51.137		98.734		100.000
A/87	166275	24.35	0.00	64.404		41.124		79.400		80.418
M	207735	24.93	20.00	61.860	14.13	37.569	29.42	82.252	1.56	65.371
J	256084	23.27	20.00	60.217	95.09	59.456	19.91	80.004	20.00	63.636
J	292030	14.04	0.00	52.805	-11.50	46.143	19.94	84.146	0.00	55.803
A	312142	6.89	0.00	49.403	22.72	52.979	0.00	78.724	0.00	52.208
S	330375	5.84	7.68	50.261	13.86	56.992	0.00	74.380	27.20	62.745
O	367493	11.23	29.22	58.385	-2.35	50.033	10.89	74.151	8.88	61.415
N	411565	11.99	7.68	56.137	-12.85	38.933	5.24	69.682	8.88	59.707
D	463280	12.57	12.03	55.870	38.00	47.730	9.82	67.986	13.56	60.233
J/88	536446	15.79	25.12	60.370	59.29	65.659	9.84	64.491	13.56	59.070
F	627026	16.89	12.30	58.002	0.00	56.174	9.83	60.599	13.56	57.388
M	764385	21.91	49.87	71.305	0.00	46.079	16.21	57.766	16.19	54.699
A	916323	19.88	0.00	59.482	44.00	55.352	88.56	90.862	16.19	53.017
M	1073422	17.14	0.00	50.777	0.00	47.251	16.17	90.107	16.19	52.587
J	1299855	21.09	17.68	49.345	0.00	39.020	17.69	87.571	17.68	51.105
J	1566483	20.51	17.68	48.185	60.00	51.805	17.68	85.513	17.68	49.905
A	1905951	21.67	36.73	54.149	0.00	42.578	17.68	82.711	17.68	48.269
S	2344127	22.99	21.39	53.445	20.00	41.543	21.40	81.639	73.07	67.922
O	2990214	27.56	21.39	50.859	50.00	48.851	21.39	77.690	21.39	64.638
N	3773614	26.20	41.04	56.840	15.00	44.516	21.38	74.724	21.39	62.178
D	4731183	25.38	26.05	57.146	15.00	40.832	26.05	75.126	26.05	62.513
J/89	6329539	33.78	55.60	66.465	96.87	60.085	26.05	70.784	26.05	58.899
F	7494639	18.41	0.00	56.132	15.00	58.356	6.34	63.572	0.00	49.743
M	8260939	10.22	0.00	50.925	10.00	58.237	2.43	59.076	0.00	45.129
A	9083809	9.96	0.00	46.312	8.00	57.199	58.06	84.915	30.08	53.385
M	10557203	16.22	30.00	51.804	15.00	56.598	0.00	73.064	0.00	45.935
J	13354861	26.50	0.00	40.951	19.00	53.243	0.00	57.758	29.67	47.085
J	17174351	28.60	37.24	43.703	30.00	53.822	47.26	66.141	24.83	45.705
A	23412076	36.32	22.63	39.314	28.76	50.837	28.76	62.472	28.76	43.170
S	32090933	37.07	23.18	35.330	29.34	47.970	29.34	58.949	76.67	55.642
O	44702669	39.30	49.88	38.013	35.95	46.817	35.95	57.531	35.95	54.304
N	65708453	46.99	65.22	42.728	47.51	46.984	37.62	53.863	37.62	50.842
D	96814835	47.34	49.10	43.238	41.42	45.096	41.42	51.699	41.42	48.800
J/90	168748257	74.30	89.18	46.929	90.00	49.158	53.55	45.544	53.55	42.990
F	299072536	77.23	66.15	43.996	56.11	43.300	56.11	40.117	56.11	37.867
M	537373533	79.68	93.08	47.277	90.00	45.787	72.78	38.576	72.78	36.413
A	657154094	22.29	0.00	38.659	0.00	37.441	40.00	44.163	0.00	29.776
M	730952498	11.23	0.00	34.756	9.50	36.859	20.00	47.645	3.29	27.650
J	808141082	10.56	0.00	31.437	24.00	41.340	40.00	60.332	11.91	27.988
J	918290712	13.63	0.00	27.666	20.00	43.657	0.00	53.095	14.47	28.195
A	1045290317	13.83	0.00	24.304	12.00	42.955	20.00	55.973	0.00	24.769
S	1188913206	13.74	0.00	21.368	12.00	42.298	0.00	49.211	78.50	38.872
O	1389839538	16.90	30.00	23.763	17.01	42.337	32.00	55.568	0.00	33.253
N	1612352848	16.01	0.00	20.484	17.00	42.698	15.00	55.084	14.18	32.728
D	1887581480	17.07	0.00	17.497	0.00	36.472	0.00	47.052	0.00	27.956
J/91	2348717635	24.43	81.00	25.452	0.00	29.311	25.00	47.268	0.00	22.467
F	2804368856	19.40	9.36	23.311	0.00	24.549	20.00	47.505	0.00	18.817
M	3084525305	9.99	0.00	21.194	20.00	26.783	3.76	44.814	0.00	17.108
A	3329128162	7.93	0.00	19.637	10.00	27.297	0.00	41.521	0.00	15.851
M	3626419307	8.93	0.00	18.027	34.00	33.579	0.00	38.117	0.00	14.551
J	4036204688	11.30	0.00	16.197	7.00	32.282	0.00	34.247	0.00	13.074
J	4572616292	13.29	70.31	24.349	10.00	31.344	40.00	42.322	0.00	11.540
A	5194034846	13.59	0.00	21.436	15.00	31.733	0.00	37.258	0.00	10.160
S	6035468491	16.20	20.00	22.137	15.50	31.542	0.00	32.064	68.00	14.689
O	7288431749	20.76	0.00	18.331	16.50	30.430	20.00	31.862	89.67	23.070

## TABELA-I

DATA	ICV DIEESE (MAR/78=100)	ICV DIEESE MENSAL	FEDERAIS Auxillar I, DE		ESTADUAIS SP Auxillar I, DE		UERJ Auxillar I, 40h		ESTADUAIS PR Auxillar I, DE	
			Reajuste	Salario Relativo	Reajuste	Salario Relativo	Reajuste	Salario Relativo	Reajuste	Salario Relativo
N	9165931768	25,76	0,00	14,576	27,50	30,851	25,00	31,670	0,00	18,344
D	11332758038	23,64	20,00	14,147	25,00	31,190	0,00	25,614	0,00	14,837
J/92	14662322349	29,38	40,00	15,308	15,00	27,723	0,00	19,798	58,53	18,179
F	17867506015	21,86	25,00	15,703	25,00	28,438	135,00	38,179	33,33	19,891
M	22245044988	24,50	14,29	14,415	30,00	29,694	0,00	30,666	0,00	15,977
A	26638441373	19,75	30,00	15,648	25,00	30,996	0,00	25,608	30,00	17,344
M	32592133020	22,35	19,23	15,249	30,00	32,934	85,00	38,721	0,00	14,176
J	39772179925	22,03	16,13	14,512	23,00	33,196	0,00	31,731	30,00	15,102
J	49146482733	23,57	0,00	11,744	10,50	29,684	0,00	25,678	23,08	15,041
A	59477073404	21,02	56,00	15,138	22,00	29,925	0,00	21,218	30,00	16,158
S	73133009457	22,96	42,45	17,539	24,00	30,178	127	39,172	23,09	16,174
O	90889704153	24,28	0,00	14,112	25,00	30,353	0	31,519	36,00	17,699
N	113403083872	24,77	38,46	15,661	27,00	30,895	0	25,262	56,46	22,195
D	140601679508	22,67	0,00	12,631	22,00	30,401	50	30,562		17,902
J/93	174649526578	23,7	104,28	20,338	24,00	30,348	0	24,604		14,412 *

(\*)- Valores deste mes foram estimados

### Tabela-P.1

#### Valor Historico do Salario (Auxiliar-I, Dedicacao Exclusiva)

Periodo Historico	Moeda	Federais	Est. Paulistas	UERJ (40h)	Est. Parana
1/abril/87	*Cruzeiros de dez./92 Dolares	Cr\$22.380.108 1.786	Cr\$14.290.393 1.140	Cr\$27.591.325 2.202	Cr\$27.945.049 2.230
abril/87 (recebido)	*Cruzeiros de dez./92 Dolares	Cr\$17.997.674 1.436	Cr\$11.492.073 917	Cr\$22.188.440 1.771	Cr\$22.472.898 1.793
marco/90 (recebido)	*Cruzeiros de dez./92 Dolares	Cr\$13.211.467 1.054	Cr\$12.795.237 1.021	Cr\$10.780.175 860	Cr\$10.175.620 812
jan/73	*Cruzeiros de dez./92 Dolares		Cr\$27.067.720 2160		
1/marco/87	*Cruzeiros de dez./92 Dolares				Cr\$31.415.824 2.507

\* ( )

Dolar	04-Jan-93	Cr\$12.531,60
-------	-----------	---------------

### Tabela-P.2

#### Valor Historico do Salario (Equivalente a Auxiliar-I, 20h, federal)

Periodo Historico	Moeda	Federais	Est. Paulistas	UERJ (40h)	Est. Parana
1/abril/87	*Cruzeiros de dez./92 Dolares	Cr\$7.219.390 576	Cr\$4.609.804 368	Cr\$8.900.427 710	Cr\$9.014.532 719
abril/87 (recebido)	*Cruzeiros de dez./92 Dolares	Cr\$5.805.701 463	Cr\$3.707.120 296	Cr\$7.157.561 571	Cr\$7.249.322 578
marco/90 (recebido)	*Cruzeiros de dez./92 Dolares	Cr\$4.261.764 340	Cr\$4.127.496 329	Cr\$3.477.476 277	Cr\$3.282.458 262
jan/73	*Cruzeiros de dez./92 Dolares		Cr\$8.731.523 697		
1/marco/87	*Cruzeiros de dez./92 Dolares				Cr\$10.134.137 809

\* ( )

5,6 X Salarios Minimios (Cr\$522186,94) = Cr\$2.924.247  
 Piso da Greve Corrigido (Cr\$121.111,78) = Cr\$4.452.695

## APOSENTADORIA: ENCAMINHANDO A QUESTÃO

### Apresentação

1

A Diretoria da ANDES-SN encaminhou ao XXV CONAD a presente texto sobre aposentadoria nas IFES. A discussão do mesmo não foi procedida e a plenária aprovou o seu encaminhamento ao XII Congresso.

2

O Texto é praticamente o mesmo. Pequenas modificações foram introduzidas para atualização. É preciso ter claro que a relevância para a discussão da questão se coloca também face à revisão constitucional que deverá ser procedida pelo Congresso Nacional no corrente ano. Ressaltamos que esta discussão apenas se inicia.

### Discutindo a Aposentadoria

3

A conquista da aposentadoria integral por tempo de serviço pelos docentes e o conjunto dos servidores públicos federais na Constituição Federal aprovada em 1988, e posteriormente regulamentada pelo RJU (Lei no 8112 de 12 de dezembro de 1990) significou o coroamento de uma longa luta. Embora estivesse contemplada na Constituição Federal de 1967, a aposentadoria integral por tempo de serviço para o magistério jamais foi objeto de regulamentação. A decisão, de caráter político, esbarrava na justificativa governamental (por exemplo: por ocasião da conquista do PUCRCE, em 1987) de que deveria ser estendida a todo o Serviço Público Federal e não haveria recursos financeiros que a viabilizassem.

4

A implementação da medida criou algumas situações sobre as quais o MD deve se manifestar, definindo os encaminhamentos mais adequados à sua resolução, para garantir a manutenção e continuidade da aposentadoria integral, por tempo de serviço, para os docentes de ensino superior no país. Devemos considerar o seguinte:

5

01 - o grande número de docentes que se aposentou a partir da aprovação do RJU criou para as IFES dificuldades de várias ordens. Pode-se entender que, em um primeiro momento, uma parcela significativa dos docentes que se aposentaram correspondia ao que se poderia chamar de "demanda reprimida". As condições para a aposentadoria, via CLT, eram injustas e inaceitáveis e, por isso, estes professores se mantiveram em atividade. Há casos, por exemplo, de professores que se aposentaram com mais de quarenta anos de serviço;

6

02 - em decorrência do grande número de docentes que se aposentou, ocorreu o comprometimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas IFES. Isto, aliado as características dessa aposentadoria (integral, por tempo de serviço e com incentivo) gerou uma séria polêmica. O MEC passou a desenvolver uma campanha difamatória contra as universidades responsabilizando as aposentadorias pelo agravamento da situação financeira das instituições. Ao mesmo tempo, o Governo Federal buscava "cassar" a aposentadoria integral, encaminhando ao Congresso Nacional propostas de emenda constitucional. Com o objetivo explícito de reduzir os gastos do Governo e diminuir o déficit público propõe-se o fim da aposentadoria integral por tempo de serviço não só para os docentes mas para o conjunto dos servidores públicos federais;

7

03 - uma outra situação criada é decorrente da possibilidade de um novo concurso, até para a própria vaga, pelo docente aposentado. Deve-se dizer, logo no início da discussão, que isto nunca foi reivindicação do MD. Embora a questão seja ética ela deve ser pensada e encaminhada como uma questão política. O concurso para a carreira docente após a aposentadoria significa, na prática, a busca de uma solução financeira para a difícil situação de salários que se vivencia nas IFES. Nossa luta, conseqüentemente, é pela definição de uma política salarial com

piso nacional para a carreira, conforme estabelece a Constituição Federal em vigor. Soluções individuais enfraquecem e fragmentam a categoria. Além disso, o argumento para a aposentadoria integral por tempo de serviço se fundamenta no desgaste físico e psíquico que a atividade acarreta. O retorno à carreira docente após a aposentadoria, por concurso público, contraria o argumento e compromete a nossa luta pela continuidade da aposentadoria integral por tempo de serviço. Por outro lado, é importante lembrar que os Conselhos Superiores de algumas IFES, já se antecederam ao MD, no sentido de criar situação de constrangimento ao docente aposentado, que se candidate a novo concurso público para a carreira docente. Tal é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina;

**8**

04 - os docentes que se aposentaram pela CLT e não tiveram suas aposentadorias revistas, após a aprovação do RJU, expõem uma injusta e inaceitável dicotomia entre os docentes aposentados das IFES, divididos entre os que tem e os que não tem aposentadoria integral, ferindo o princípio da isonomia defendido pelo MD. Embora muitos destes docentes tenham buscado soluções individuais através de ações judiciais, impõem-se que o MD se posicione sobre a questão e encaminhe sua solução;

**9**

5 - uma última situação é a da criação de associações de aposentados ou de docentes inativos. Estas associações tem objetivos diversos mas, de uma maneira geral, pretendem representar os interesses dos aposentados em diferentes circunstâncias. No seu limite, a organização de docentes inativos em associações que não a ANDES-SN através das ADs SSIND divide e enfraquece o MD e quebra a unidade do sindicato.

### **Encaminhando a Questão**

**10**

A ANDES-SN através de suas instâncias deliberativas deve se manifestar sobre as situações criadas a partir da implantação da aposentadoria integral por tempo de serviço, objetivando a implantação de ações que permitam garantir a manutenção do dispositivo constitucional que a institui. Assim, a Diretoria da ANDES-SN propõem ao XXV CONAD os seguintes encaminhamentos:

**11**

01 - que a aposentadoria integral por tempo de serviço, entendida como uma conquista do MD, seja reafirmada mantendo-se o dispositivo constitucional que a institui, bem como a legislação que a regulamenta (RJU);

**12**

02 - que o MD se manifeste contrário ao retorno de docentes aposentados à carreira, através de um novo concurso público. Para tanto, deve-se buscar mecanismos, no interior das IFES que permitem a colaboração de docentes inativos junto a programas de pós-graduação e em atividades de pesquisa e extensão;

**13**

03 - iniciar, imediatamente, a luta pela extensão da aposentadoria integral por tempo de serviço, a todos os docentes das IFES buscando a eliminação da injusta dicotomia entre os docentes aposentados das IFES, pressionando nesse sentido o Governo Federal e o Congresso Nacional. Manifestações por escrito devem ser encaminhadas aos parlamentares estabelecendo um clima de discussão visando a ampliação da conquista na revisão constitucional de 1993;

**14**

04 - criação, no âmbito das ADs SSIND de mecanismos pelos quais os docentes aposentados tenham acesso às informações das atividades e das lutas do MD e da ANDES-SN. É fundamental que estes docentes participem ativamente da vida sindical. A criação de secretarias que tratem dos assuntos dos docentes aposentados contribuirá para a sua integração ao sindicato nacional. Não devemos esquecer que a ANDES-SN é o sindicato dos docentes das IES brasileiras sejam eles ativos ou inativos.

**NOTA:**

O GTPE deverá incluir no Caderno de Texto Especial outros três textos:

- Sobre Avaliação Institucional
- Sobre Escola Pública e Escola Privada
- Sobre Educação e Trabalho

TEMA  
IV

---

# Universidade e Carreira Docente

---

*1*

Os textos sobre o tema "Universidade e Carreira Docente" não constam do Caderno do XII Congresso da Andes-Sindicato Nacional em virtude da impressão e distribuição deste material para as AD/S.Sind. se realizarem antes do Seminário sobre Carreira Docente programado para os dias 4 e 5 de fevereiro de 1993, em João Pessoa (PB). A partir deste evento e da reunião do GT Carreira convocada para os dias 6 e 7 de fevereiro, também em João Pessoa, será organizado um Caderno Especial de textos sobre o tema, para subsídio das discussões nas AD/S.Sind. e no XII Congresso.

# Questões Organizativas e Financeiras

## POR UMA POLÍTICA PÚBLICA

### (E UMA AÇÃO CONSISTENTE DA ANDES-SN NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO)

*Contribuição da APUFSC/S.SIND.*

2

No Congresso da ANDES-SN realizado em Londrina, o plenário deliberou por aprovar encaminhamentos no sentido de imprimir força nas questões relativas à circulação da informação no Brasil. A formulação proposta à época pretendia tratar os meios de comunicação como um ator social e não mais, como é convencional nas análises de conjuntura, como um instrumento deste ou aquele ator ou setor da sociedade.

3

No Congresso da ANDES-SN em Cuiabá, a APFUSC/SSind apresentou contribuição sob o título "Uma urgência para os próximos trinta anos", onde uma série de encaminhamentos era proposta e um conjunto de informações sobre as ações em desenvolvimento no país foi apresentado, no mesmo sentido.

4

Em artigo publicado há quase um ano, na Revista Teoria e Debate (primeiro trimestre de 1992), Perseu Abramo foi muito feliz em fazer tal caracterização. A partir da análise dos manuais de redação de algumas das maiores editoras do país, Abramo conclui que "eles pretendem ser os próprios partidos, os mandatados pelo povo". De fato, o manual da Folha afirma explicitamente que "...o leitor, titular do direito que corresponde a essa liberdade, delega ao jornal o mandato de agir assim". O mesmo manual, em outro momento, afirma ser objetivo daquele diário "...mudar convicções e hábitos, influir no rumo das instituições". Parece não ser exagero acompanhar Abramo quando conclui "...os grandes meios de comunicação no Brasil estão a serviço de si mesmos...", enquanto setor do capital.

5

Em 1990, a proposta surgia muito vinculada ao fato de um presidente ter sido imposto, inclusive, a fortes setores da burguesia brasileira, por um setor que a compõe e se constitui dos próprios empresários da informação. Em 1992 tal constatação é fortemente reforçada pela participação da imprensa no fomento de atividades pró-impeachment. Não será possível desconhecer o papel de órgãos como a Folha de São Paulo que, apesar de sua linha fortemente conservadora, foi bem mais que um porta-voz da mobilização.

6

A exiguidade da atenção dada ao papel da imprensa na vida do país tem sido capaz de nos fazer esquecer o papel que ela joga na própria formação da subjetividade da população. Temos renunciado, na prática, a disputar a opinião dos cidadãos. O fato é que o que não aparece nos meios de comunicação, não aconteceu! Por relevante que seja o nosso esforço de construção de caminhos para a Universidade e para o país, ficamos permanentemente sob a ameaça de ver tudo desmanchado ou enfraquecido por alguns minutos de TV ou algumas linhas de jornal.

7

Os Congressos da ANDES-SN têm um custo muito elevado, mas pouco gastamos em formas efetivas de comunicar seus resultados à população e, até mesmo, aos professores que garantem financeiramente a realização desses Congressos. Fato interessante é que a posição da ANDES-SN e da APUFSC sobre o impeachment só virou assunto mesmo no conjunto dos professores da UFSC, quando pagamos três inserções de TV sobre isso.

O comentário voltou quando uma revista de circulação nacional publicou que financiaríamos um "monumento" ao impeachment.

**8**

É urgente que aperfeiçoemos nossos canais de comunicação, nossos meios de fazer circular informações relevantes para fazer avançar o nosso movimento e o desenvolvimento social. Ocorre que a circulação da informação no Brasil é tratada como comércio. E está monopolizada.

### **HÁ MONOPÓLIO DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

**9**

Nove famílias controlam cerca de 90% de tudo o que os brasileiros lêem, ouvem ou vêem através dos meios de comunicação. Em 1989 a Rede Globo absorveu cerca de dois terços de toda a verba publicitária movimentada no país (cerca de US\$ 800 milhões). Na expansão das concessões de rádio na década de 70 (saltou de 2 mil kw para cerca de 7 mil kw), 44 emissoras foram privilegiadas recebendo cerca de 3,5 mil kw, e levando a uma situação onde 4,6% das emissoras existentes à época controlavam 52,06% da potência instalada no país. Das atuais 196 emissoras de TV, apenas 8 utilizam os sistemas de satélite na condição de geradoras (vale dizer, mais de 95% delas atuam apenas como retransmissoras). Os Civita são responsáveis por dois terços de todas as publicações encontradas nas bancas.

**10**

Todos estes dados estão contidos na PROPOSTA DOS JORNALISTAS À SOCIEDADE CIVIL, cujos exemplares a APUFSC obteve junto à Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ para distribuição neste Congresso. No mesmo texto é demonstrada, de forma brilhante, a inexistência sequer da tão apregoada economia de mercado nessa área.

**11**

Partindo da epígrafe "sem democratizar a comunicação, não haverá democracia no Brasil", os jornalistas nos alertam para o fato de que os setores democráticos da sociedade brasileira "ainda não atribuem um sentido estratégico para a comunicação".

**12**

Para fazer frente a essa situação, a FENAJ apresentou propostas de encaminhamento. A ANDES já tem participado da mais importante delas e trata-se do FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, mas isto é pouco perto do que a nossa entidade pode e deve fazer.

### **IMITAMOS NOSSOS ANCESTRAIS**

**13**

É preciso sair da inércia em que estamos envolvidos. Rejeitar o caráter quase protocolar de algumas das nossas ações de comunicação (nós fizemos o boletim, eles é que não leram). Por melhor que seja a qualidade de nossos boletins e cartazes, é preciso reconhecer que isto é bem pouco diferente daquilo que os primeiros sindicalistas fizeram antes do século XX.

**14**

Não será preciso lembrar que a comunicação por ondas e por cabo foi inventada e ganhou alguma notoriedade depois disso. Talvez pareça descortês, mas convém adendar que o surgimento da indústria cultural é também um fenômeno das últimas décadas. No que diz respeito à Academia, parece certo que já no século XII nossos colegas haviam colocado em voga algumas de nossas atuais sistemáticas de comunicação.

**15**

Devemos estar certos de uma coisa: nossos ancestrais acadêmicos e sindicalistas, com a inventividade que tiveram para estabelecer alguns dos meios de informação que hoje utilizamos, se vivessem em nosso século muito provavelmente pensassem em algo melhor.

### **TEMOS QUE GASTAR COM COMUNICAÇÃO**

**16**

O certo é que temos que investir nessa área. Não como o fazemos em períodos de greve, tratando a iniciativa como algo excepcional e extraordinário. Devemos investir de forma sistemática e dirigida para a construção de um novo patamar de informação não somente para os nossos representados mas para toda a sociedade brasileira.

17

Nosso primeiro investimento terá que ser na definição de uma política pública de comunicação. Estudos terão que ser realizados e um consenso terá que ser construído em nosso meio a esse respeito.

18

Teremos que investir também na constituição de espaços de interação com outros setores sociais com expectativas semelhantes às nossas. Nesse sentido, fortalecer o FÓRUM proposto pela FENAJ com participação e recursos financeiros, além de colaborar com a mobilização em torno da efetivação do CONSELHO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ligado ao legislativo federal), seriam iniciativas imediatas.

19

Teremos que investir em transformar nossas iniciativas de comunicação em ações mais efetivas, tanto com os professores quanto com a sociedade em geral. Isto exigirá recursos para estudos e implementação. É de se ter grande expectativa sobre o que proporem consultores de alto nível nas áreas de comunicação e marketing.

20

Teremos que investir em meios de intervir diretamente sobre os meios de comunicação existentes, além de trabalhar na criação de outros. O acompanhamento de iniciativas que vão sendo realizadas e apoio efetivo a algumas delas seria de grande valia no sentido de contribuir para um processo que terá, em dez ou vinte anos, que resultar em um outro comportamento por parte da mídia brasileira. Talvez mesmo com meios de comunicação de propriedade de setores do campo democrático-popular.

21

Recursos há. Um estudo aligeirado sobre os gastos com imprensa sindical em Santa Catarina, mostrou que seria possível sustentar um jornal diário para distribuição em bancas de todo o Estado. A APUFSC/S. SIND. tem sido uma forte defensora de que se trabalhe para constituir novo meio de comunicação a partir do meio sindical, mas visando envolver toda a sociedade.

22

Neste momento, somente para dar um exemplo de iniciativa que poderia ser avaliada, constituímos uma agência de notícias, a IPSIS LITTERIS. Em colaboração com entidades sindicais, partidos políticos, personalidades públicas, mas com a maior parte do financiamento a cargo da APUFSC SSIND. A IPSIS LITTERIS tem distribuído boletins quinzenais cujo aproveitamento tem sido da ordem de 80% em jornalismo impresso.

23

Está claro que não se trata de um meio de divulgar as opiniões de quem sustenta a Agência. Apostando na multiplicação de pontos de vista, a única interferência que sofre e que poderia ser considerada relacionada com a sua origem, está no fato de que os temas escolhidos para edição frequentemente são os "esquecidos" pelas grandes agências. O trabalho é simples: trata-se de processar material recebido de outras agências; produzir informação local e distribuí-las. Funcionando há apenas três meses, os resultados iniciais são simplesmente fantásticos.

## **POR UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A COMUNICAÇÃO**

24

Informação, de tão vital para a vida da sociedade terá que ser tratada como saúde e educação. Com políticas claramente definidas de controle social sobre os meios voltados à sua circulação; com debate no seio da sociedade sobre direcionamento; com legislação capaz de impedir de fato o monopólio (não bastaria trocar o Roberto Marinho por um de nós); com espaço garantido e valorização para a diversificação de fontes (não se trata de não ler o que dizem as agências controladas pelo Pentágono, mas saber que elas o são e ainda poder ler outras fontes) etc.

25

No dizer da FENAJ "um todo social precisa se reconhecer para determinar seu lugar no mundo". Para tanto não é possível continuar a reduzir toda a Nação a uma ou algumas de suas partes. Uma Política Pública de Comunicação deverá conter elementos já enumerados, a partir da consideração do papel que o rádio e a televisão, principalmente ganharam na esfera pública. No cotidiano das pessoas, eles se introduzem "como algo necessário, inevitável, normal e familiar".

**26**

Em resumo, a ANDES-SN já tem debatido a questão da comunicação e participado de articulações acerca do tema. Estamos cientes de que tudo o que fazamos perde força se não consegue espaço nos meios de comunicação. Porém, a importância que tem sido atribuída ao tema não teve ainda o correspondente investimento em iniciativas concretas, que perspectivem no médio e longo prazos, alterar a configuração dessa área no país. Precisamos de uma Política Pública para a Comunicação no Brasil. Devemos nos preparar para investir em comunicação, uma área hoje monopolizada e longe de controle social.

### **PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO**

**27**

1) Que este Congresso declare a área da comunicação como parte das prioridades da ANDES-SN para o próximo período, ao lado do acompanhamento da LDB, da campanha salarial, e questões de carreira;

**28**

2) Que seja criado um GT Comunicação, com o fim específico de difundir e fomentar o debate sobre o tema ao nível das AD/S.SIND., na busca da construção de consenso acerca de uma Política Pública de Comunicação;

**29**

3) Que a ANDES-SN assuma papel de liderança e sustentação em iniciativas relativas à comunicação, notadamente no FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO;

**30**

4) Que a ANDES-SN adote uma política de incentivo à criação e manutenção de rádios e TV Universitárias, quer seja nas negociações com o MEC, quer na orientação às AD/S.SIND. no trabalho em cada instituição;

**31**

5) Que a ANDES-SN desenvolva e apoie estudos sobre a efetividade e credibilidade de nossa imprensa sindical, bem como sobre formas de superar limitações possivelmente identificadas.

# CRONOGRAMA DO XII CONGRESSO DA ANDES-SN

	DOMINGO 28	SEGUNDA 01	TERÇA 02	QUARTA 03	QUINTA 04	SEXTA 05
9h	Reunião de GTs e Setores	Plenária Inicial	Grupos Mistos TEMA I	Grupos Mistos TEMA IV	Plenária TEMA II	Plenária TEMA IV
14h	Reunião de GTs e Setores	Grupos Mistos TEMA III	Grupos Mistos TEMA II	Plenária TEMA I	Plenária TEMA III	Plenária TEMA V
20h	Plenária Abertura Instalação	Seminário TEMA I	Grupos Mistos TEMA V	Seminário TEMA II	LIVRE	Plenária de Encerramento

TEMA I - Movimento Docente e Conjuntura  
 TEMA II - Relações Sindicais e Expansão da ANDES-SN  
 TEMA III - Política Educacional, Seguridade Social e C&T.  
 TEMA IV - Universidade e Carreira Docente.  
 TEMA V - Questões Organizativas e Financeiras

Seminário I - Perspectivas do Movimento Sindical e Reforma Constitucional.

Seminário II - Educação e Trabalho: Formação Técnico-profissional em Questão.